

PROJETO ESCRITÓRIO CIDADÃO. PROJETO CALCADO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Moisés dos Santos Carvalho, Carlos Alberto Boaretto e Tiago Álvares de Almeida²

O Projeto Escritório Cidadão³ se constitui de um trabalho de Extensão dos Estudos das Ciências Econômicas, Contábeis, Biológicas e demais campos dos estudos técnicos e científicos da Universidade Católica do Salvador e da Universidade Federal da Bahia. Estruturado a partir de parcerias com os Poderes Legislativo e Executivo e Setor Privado, o projeto pretende contribuir para o desenvolvimento econômico, social, fiscal e ambiental, na perspectiva de proporcionar uma compreensão do efetivo desenvolvimento local sustentável e a exequibilidade de transformação social no que tange à qualidade de vida da população e o exercício pleno da cidadania.

Os pequenos empreendedores em situações de complexidades fiscal e tributária, ou em enfoque informal, constituem a preocupação central deste estudo de intervenção econômica, social e ambiental. Por conseguinte, é necessário estimular ações determinantes nas políticas públicas locais, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de um novo modelo de sociedade, calcado na auto-sustentabilidade e no desenvolvimento econômico local. Conseqüência disso é a socialização na gestão das políticas públicas inerentes às prefeituras, ao estado, ao governo federal, ao terceiro setor e às empresas em geral.

A implementação do Projeto tem a finalidade de auxiliar o crescimento econômico de maneira que possa refletir-se na sociedade, por meio dos benefícios adquiridos para os empreendedores. A função social da Universidade Contemporânea estará no fundamento mesmo da pesquisa, já que se visa a implementar o conhecimento absorvido e pesquisado – inicialmente no âmbito acadêmico – para, em seguida, aplicá-lo ao mercado, retornando para a sociedade o que é investido nela, de modo a promover a diminuição das desigualdades sociais.

Os calamitosos graus de desigualdades econômicas e sociais devem ser minorados pela geração de empregos e pela complementação de renda das populações locais – metas dessa pesquisa, efetuada por estudantes da Universidade Católica do Salvador e da Universidade Federal da Bahia. Assim se configura o *Projeto Escritório-Cidadão*, na busca de tornar atuantes as responsabilidades sociais para com o chamado “desenvolvimento sustentável da sociedade”.

O projeto tem um caráter multidisciplinar, com a meta de englobar inúmeros cursos de nível superior, valendo-se daquilo que cada um desses cursos pode oferecer à grande população. A participação da Universidade na vida das comunidades implica, por um lado, em um sistema de qualificação profissional, científica, humana, técnico-interpretativa e social de cada entidade envolvida. A aproximação da academia com a sociedade e os mercados é a base da concepção deste trabalho, numa atividade interativa com os indivíduos que se encontram em uma situação de exclusão das oportunidades de desenvolvimento. A intenção é a da prestação de serviços qualificados aos membros da comunidade, tanto do ponto de vista profissional como humanístico em relação à destinação da universidade contemporânea.

Um dos princípios que rege este Projeto de Extensão Acadêmica é o envolvimento dos estudos acadêmicos com a realidade do mercado, é a capacitação e a informação a todos os empreendedores alcançados pelo Projeto. As mudanças ocorridas nas leis que fundamentam e regulamentam seus empreendimentos será avaliado com minúcia, apresentando informações e

¹Trabalho de extensão realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Católica do Salvador – UCSal, sob orientação da Professora Grásia Burmam, da Faculdade de Ciências Econômicas da UCSAL.

² Acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. moissantoscarvalho@hotmail.com; bboaretto@zipmail.com.br; tiagodealmeida@bol.com.br

³ Projeto Calçado em Políticas de Desenvolvimento Sustentável Local no âmbito das Políticas Públicas

soluções, embora com respeito pelas idiossincrasias de cada agente beneficiário, ao tempo em que este se torna apto para expandir seus negócios. Dessa forma, o Escritório Cidadão manifestar-se-ia como agente intermediador e negociador junto aos órgãos competentes e às instituições de apoio aos micro e pequenos empresários.

O papel social dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis e sua relação, direta, com a grande população deve ser olhado criticamente. Os estudos e pesquisas realizados dentro da Universidade para os “Pólos Comerciais” existentes na cidade consistem numa Atividade Extensiva na qual a prioridade se volta para a solução dos problemas dos que se encontram com dificuldades em gerir seus negócios e, também, aos que trabalham informalmente por falta de alternativas, sem a oportunidade de efetivar a regularização de seus empreendimentos e a gestão salutar de seus negócios.

O Escritório Cidadão agiria em conjunto com as Associações Empresariais e Comerciais locais, promovendo assessorias e negociações junto aos órgãos competentes: autarquias e instituições legalmente responsáveis, a exemplo de governos e secretarias, no sentido de sanar os débitos fiscais de cada empreendimento. Para isso, será realizada uma análise e uma avaliação do papel social que cada empreendimento representa para a população local. Também se pretende estudar o impacto social da falência de determinado empreendimento para os habitantes daquela localidade. O Escritório proporcionaria a solução alternativa de quitar os ônus fiscais que uma determinada empresa tivesse com o governo, tendo como foco principal da negociação o desenvolvimento econômico e social.

O fundamento do Projeto, portanto, é o desenvolvimento sustentável dos pólos comerciais locais, proporcionando uma parceria com as organizações e associações de empresários de cada bairro. Logo, o Escritório Cidadão pretende ter uma função de consultoria, cujo foco principal se volta para o desenvolvimento econômico, social e humano de cada comunidade em que fosse implantado.

As ações implementadas devem ter caráter efetivo e durável, com utilização da ciência a serviço do bem-estar social, contemplando a formação de recursos humanos. Assim, a preocupação não será definir um modelo de gestão para todas as organizações, mas adaptá-las aos macro-ambientes, reconhecendo-se, contudo, que é necessário respeitar a cultura e as especificidades do espaço ambiental em que estão inseridas.

Ao se definir o escopo do projeto é necessário levar em conta que o fenômeno organizacional requer diferentes recortes e análises e que, neste projeto, o caráter multidisciplinar torna viáveis diversos processos e práticas, na medida em que pretende abrigar pesquisadores de formação diversa.

Outro aspecto é que, ao contar com o trabalho voluntário, não se deterá num único plano de pesquisa estabelecido, desde que importa partir do problema em foco, delimitando-o, à medida que se toma contato com as realidades de cada caso. O fenômeno da gestão nas organizações de base informal é visto na perspectiva dos sujeitos participantes desse tipo de organização.

As células sociais (as entidades) são dinâmicas, interagentes e interdependentes; por isso uma única fonte de coleta de dados ou técnica de análise, em si, apresenta limites. Para este estudo será relevante que o investigador utilize múltiplas fontes de coleta de dados e técnicas de investigação. Espera-se, com essa atitude, atenuar as restrições de natureza metodológica intrínsecas. Entretanto, num primeiro momento, as metodologias de caráter econômico-financeiro terão a primazia. Sua expansão vincula-se ao crescimento do próprio projeto e à agregação de outras áreas do conhecimento.

Uma das ações previstas é a orientação dos comerciantes ambulantes, camelôs e os profissionais avulsos (aqueles que executam os chamados “bicos”), para que possam dar entrada no registro dos seus respectivos negócios ou estabelecimentos, tornando-os legais perante os órgãos estatais de responsabilidades na área, bem como esclarecê-los sobre a necessidade de pagarem os tributos trabalhistas e previdenciários.

Os profissionais avulsos serão orientados a retirar seu talão de notas fiscais junto à Prefeitura para, inclusive, terem um maior respaldo em concorrências públicas. Uma das

possibilidades, nestes casos, é a formação de cooperativas que abranjam diaristas de qualificação diversa, inclusive encanadores, eletricitistas, pedreiros, serventes, barraqueiros, entre outros.

É necessário a qualificação desses profissionais e, ao mesmo tempo, a sua percepção do que lhes é de direito diante das leis e das suas obrigações fiscais. O Escritório Cidadão cumprirá o papel de consultor e assessor, encaminhando essas pessoas para procederem corretamente na execução de seus serviços, conscientizando-os de seus direitos e deveres em relação ao Estado ou Município.

Também será atribuição do Escritório Cidadão buscar formas de convênios e parcerias, para que possa ser efetuado o encaminhamento dos micro e pequenos empreendedores para as agências de financiamento e de concessão de crédito, viabilizando possibilidades em que possam conseguir estes empréstimos de forma rápida e com menor burocracia, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento sustentado da economia.

A proposta do Escritório Cidadão é disseminar o conhecimento técnico-científico aos que não lhe têm acesso, permitindo uma melhora considerável nos sistemas gerenciais dos micro e pequenos negócios. O conhecimento de âmbito gerencial, tributário e empresarial resultará em uma maior credibilidade por parte dos pequenos empresário no que tange à manutenção de suas empresas no mercado e às suas perspectivas de desenvolvimento e crescimento.

Outro ponto importante são os benefícios que a implementação do Escritório Cidadão trará para a comunidade, pois a síntese do projeto é promover uma interação das empresas com a localidade onde a mesma está implantada, contribuindo, assim, para a melhoria na qualidade de vida da região. O tratamento a ser dado para que os micro e pequenos empresários sanem suas pendências fiscais junto aos órgãos competentes se dará de forma equânime e participativa, respeitando os dispositivos legais de negociação e a legislação fiscal vigente no País.

As alternativas propostas pelo Projeto Escritório Cidadão projeta-se a partir das seguintes metas:

- a) Como alternativa de liquidação dos débitos e deveres fiscais por meio da transformação desses débitos em implantação de projetos de arborização e recuperação ambiental dos parques florestais, respeitando os princípios biológicos e naturais da localidade, de forma que os custos com os projetos possam ser compatíveis com a potencialidade econômica e financeira do empreendimento;
- b) Como alternativa de liquidação dos débitos e deveres fiscais aliada à implantação de projetos de geração de emprego e complementação de renda das famílias residentes na região, possibilitando a contratação ou empregabilidade de pessoas instaladas na localidade por tempo determinado ou indeterminado, de forma que as despesas para com o pessoal possam estar vinculadas com os débitos e deveres fiscais do empreendimento.
- c) Proporcionar o desenvolvimento Técnico, Humano e Profissional dos funcionários dos empreendimentos existentes na região e de seus respectivos familiares, qualificando-os para desempenharem novas funções dentro ou mesmo fora da empresa;
- d) Estabelecer convênios com centros comunitários, atuando de forma participativa nas políticas sociais e de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região onde a empresa esteja implantada.

O Escritório Cidadão promoverá a negociação entre os órgãos fiscais competentes, agindo como componente intermediador e levando sempre em consideração o papel social que cada empreendimento representa para a população, bem como o impacto econômico e social que traria à comunidade caso venha ocorrer o processo falimentar, ou seja, de fechamento desta empresa naquele local.

A dificuldade encontrada por uma grande maioria das pessoas que ingressa na área empresarial é a falta de informação sobre como gerir seus negócios de maneira a desenvolvê-lo e mantê-lo sólido e lucrativo. Este é um ponto crucial, pois, normalmente, a maioria das empresas abertas no Brasil fecha antes de completarem um ano de existência. Muitas vezes nem chegam a fechar efetivamente, visto que, em grande parte dos casos, os sócios não se encontram em condições financeiras para sanarem os débitos fiscais e trabalhistas para, então, proceder ao pedido de falência do empreendimento. Sendo assim, muitos destes empreendedores preferem continuar na

informalidade, inclusive pelo fato de existir um excesso de burocracia na abertura de uma empresa, além da forte carga tributária que incide no processo de abertura da mesma.

É muito comum a migração de pessoas que antes tinham empresas regularizadas para o mercado informal, o que vem a refletir não só a questão econômica e fiscal, mas, também e principalmente, a questão social, visto que a oferta de empregos formais diminuirá e acarretará em um crescimento da informalidade e da proliferação de subempregos. Isso, certamente, poderá vir a provocar uma série de ônus fiscais para o empregador, essencialmente no que diz respeito a assuntos de ordem trabalhista.

É pertinente também salientar que os problemas de ordem trabalhista desencadeiam uma menor arrecadação por parte da Previdência Social, o que pode gerar uma série de problemas de âmbito previdenciário. A grande maioria das pessoas que se encontram na informalidade deverá requerer, futuramente, o direito que lhes assiste: o de se aposentar quando atingirem a idade-limite, mesmo sem ter recolhido os encargos trabalhista e previdenciário durante o período em que estavam em atividade.

A informalidade comercial é cada vez maior na sociedade baiana. A consequência é o “inchaço” dos pólos comerciais existentes na cidade. Isso ocorre, exatamente, devido ao crescimento excessivo do número de vendedores ambulantes e camelôs – que se encontram distribuídos de forma desordenada pela cidade, provocando transtornos, tanto para a população que habita aquela localidade, como para os comerciantes que estão devidamente regularizados e têm suas empresas instaladas naquela região.

Esse fenômeno tem contribuído para a mudança de comportamento de grande parte da população e para o afastamento de muitas pessoas que antes freqüentavam um dado local e, agora, preferem freqüentar os grandes shoppings, mesmo pagando mais caro por isso. Há, sem dúvida, uma diminuição considerável da capacidade comercial dos locais preteridos, o que resulta num processo contínuo de fechamento de muitas empresas. A consequência, entre outras, é o aumento do desemprego e a possível migração dos funcionários daquela empresa, e até mesmo do próprio empresário, para a informalidade, num processo de “informalização da economia” que gera um círculo vicioso.

Por outro lado, um programa ou projeto social não pode ser imposto para a população de forma paternalista: deve partir daquilo que a comunidade considera suas prioridades básicas. A população deve ser parte ativa no projeto; deve ser ouvida, respeitada e ter o direito de ser informada do andamento do processo, ou seja, do planejamento, execução, monitoração e avaliação do mesmo, muito embora as soluções propostas tenham fundamento técnico-científico oriundo da equipe de consultores do projeto.

A partir de uma gestão social que incorpore metodologias participativas que possibilitam o desenvolvimento da capacidade de auto-sustentação, é possível atingir os objetivos previamente estabelecidos. A gestão social, assim, deve considerar a especificidade de cada comunidade, sendo que os projetos sociais não devem ser globais, mas descentralizados – para que possam atingir as dificuldades tributárias e financeiras em que se encontram os empresários e a população na sua “raiz”.

Finalmente, justifica-se investigar as estratégias de gestão que estão sendo utilizadas para gerar emprego e renda para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.